

SILENCIAMENTO NAS MÍDIAS TRADICIONAIS E *FAKE NEWS*: O CASO OCUPE ESTELITA COMO PONTO DE PARTIDA PARA UMA REFLEXÃO SOBRE O TEMA

Silencing on traditional media and fake news: The Occupy Estelita Case as a starting point for a reflection on the theme

Silencio en los medios tradicionales y noticias falsas: el caso de Ocupe Estelita como punto de partida para reflexionar sobre el tema

Carolina Dantas de Figueiredo

Universidade Federal de Pernambuco

Recife - PE, Brasil

carolina.figueiredo@ufpe.br

<https://orcid.org/0000-0001-6611-2038> 

Juliana do Rego Barros Alves Cavalcanti

Universidade Federal de Pernambuco

Recife - PE, Brasil

jucavalcanti@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2946-7638> 

Resumo: Utilizando a cobertura da ocupação do Cais José Estelita em Recife (PE) no ano de 2014, e como forma de avaliar os dez anos do movimento completados em 2024, tecemos neste artigo considerações sobre como o silenciamento sobre temas relativos ao movimento social Ocupe Estelita aponta para certo esvaziamento e descrédito da mídia corporativa, que pode contribuir com a eclosão das *fake news* enquanto fenômeno social. Para isso, realizou-se uma análise de jornais impressos pernambucanos entre maio e junho de 2014, comparando-se o espaço dado aos diferentes polos do debate (Movimento Ocupe Estelita e Consórcio Novo Recife), diante dos fatos acontecidos no período. O estudo revela como a falta de pluralidade jornalística pode incentivar a busca por fontes alternativas, ampliando a disseminação de informações sem curadoria jornalística. Conclui-se que o enfraquecimento da credibilidade da mídia tradicional abre espaço para a circulação massiva de *fake news*, tornando essencial a reflexão sobre o papel do jornalismo no ecossistema informacional contemporâneo.

Palavras-chave: Jornalismo; Ocupe Estelita; Silenciamento; *Fake News*.

Abstract: Using the coverage of the occupation of Cais José Estelita in Recife (PE) in 2014 as a basis, and aiming to evaluate the ten years of the movement completed in 2024, we consider how the silencing of themes

related to the social movement Ocupe Estelita points to a certain emptiness and discrediting of the mainstream media. This can contribute to the emergence of fake news as a social phenomenon. Therefore, an analysis of printed newspapers from Pernambuco was conducted between May and June 2014. This analysis compared the space given to the different sides of the debate (Movimento Ocupe Estelita and Consórcio Novo Recife), taking into account the events that occurred at the time. The study reveals how the lack of journalistic plurality can encourage the search for alternative sources, leading to the widespread dissemination of information without proper journalistic curation. It concludes that the weakening of traditional media's credibility creates space for the massive circulation of fake news, highlighting the need for reflection on the role of journalism in the contemporary information ecosystem.

Keywords: Journalism; Occupy Estelita; Silencing; Fake News.

Resumen: Utilizando la cobertura de la ocupación del Cais José Estelita en Recife (PE) en 2014 y, con el objetivo de evaluar los diez años del movimiento cumplidos en 2024, en este artículo presentamos consideraciones sobre cómo el silenciamiento de temas relacionados con el movimiento social Ocupe Estelita señala un cierto vacío y descrédito de los medios corporativos. Esto podría contribuir al surgimiento de las noticias falsas como fenómeno social. Para ello, se llevó a cabo un análisis de los periódicos impresos de Pernambuco entre mayo y junio de 2014, comparando el espacio dado a los diferentes lados del debate (Movimento Ocupe Estelita y Consórcio Novo Recife), considerando los eventos que tuvieron lugar durante ese período. El estudio revela cómo la falta de pluralidad periodística puede fomentar la búsqueda de fuentes alternativas, lo que lleva a la difusión masiva de información sin una adecuada curaduría periodística. Se concluye que el debilitamiento de la credibilidad de los medios tradicionales crea espacio para la circulación masiva de noticias falsas, resaltando la necesidad de reflexionar sobre el papel del periodismo en el ecosistema informativo contemporáneo.

Palabras-clave: Periodismo; Ocupe Estelita; Silenciamiento; Noticias falsas.

Introdução

O jornalismo é um campo tensionado, como diz Bourdieu (2005), mas orientado por seus agentes a partir de preceitos éticos e profissionais. De um modo geral, como paradigma da profissão, parte-se do pressuposto de que o jornalismo é uma prática factual e norteadada pela imparcialidade. Efetivamente, essa foi a lógica que balizou a profissão ao longo do século XX, em face, principalmente, do monopólio dos meios de comunicação de massas por empresas. Contudo, no século XXI, a partir da emergência das redes sociais digitais, rompe-se a lógica do monopólio sobre a verdade e, incidentalmente, acaba-se por abrir espaço para aquilo que convencionou-se chamar de *fake news*. Estas são um fenômeno contemporâneo relacionado não só à onipresença da internet, mas das próprias limitações que o fazer jornalístico apresenta na atualidade.

O jornalismo, em função da sua relevância social enquanto instância reguladora, chegou a ser identificado no passado como o “quarto poder”, conforme referido por Moraes et al (2013). Revisando o conceito, os autores afirmam que:

A cumplicidade do quarto poder com os *poderes* dominantes faz com ele deixe de funcionar como tal, o que representa um grave problema para a democracia, pois não é possível concebê-la sem o autêntico contrapoder da opinião pública. (...) Minha proposta é que todos nós participemos da criação de um quinto poder, que se expressaria mediante a crítica ao funcionamento

dos meios de comunicação, papel que antes cabia ao quarto poder (Moraes, *et al*, 2013, p. 47).

De fato, a atuação dos grandes conglomerados de mídia corporativa e sua articulação com poderes econômicos e políticos leva à certa descrença de que atuam com neutralidade e imparcialidade, seus dois pilares. Como consequência, isso provoca a evasão do público, que passa a buscar outras fontes e referências que lhe parecem confiáveis, como preconizam Moraes *et al* (2013) ao indicar a abertura de espaço para um possível quinto poder. Teorização à parte, é fato que a circulação de informações de forma autônoma nas redes sociais digitais, isto é, sem a chancela dos meios de comunicação de massa tradicionais, amplia-se na medida em que a audiência passa a questionar esses meios e se afasta deles. Não que não houvesse questionamentos antes das redes digitais, certamente havia, mas é a lógica multidirecional proporcionada pela internet que permite a circulação mais abrangente de conteúdos, questionamentos e posicionamentos diversos por parte dos usuários.

Há nisso já uma distinção fundamental daquilo que tradicionalmente era percebido como audiência passiva (Jensen; Rosengren, 1990) no contexto contemporâneo. O termo usuário empregado em lugar da audiência, assim como outros (interator, agente, etc), indica atividade por parte de quem não apenas recebe a informação, mas a coloca em circulação, produz e ajusta o conteúdo conforme diferentes contextos. Diante desta percepção, busca-se aqui evidenciar a eclosão das *fake news* em face a um cenário de descrédito da mídia corporativa por parte da audiência, ao se perceber que interesses ideológicos e mercadológicos se sobrepõem aos princípios do jornalismo e provocam deliberadamente silenciamento a respeito de certos temas. Para Orlandi (1995) é possível perceber o silenciamento quando algum agente consegue romper suas barreiras, de modo que a circulação de conteúdos não vinculados às mídias tradicionais torna isso possível nas mídias digitais. Ressalta-se aqui ainda que a precarização do trabalho do jornalista, com desmonte das redações e fim da apuração (sendo a apuração nula ou apenas via internet), é parte do processo que conduz à circulação ampla das *fake news*, já que em muitos contextos o jornalista se torna mero curador de conteúdo ou mesmo reproduzidor, o que também diminui a sua credibilidade diante dos fatos e capacidade de interlocução com a audiência.

Diante de um cenário de desagregação do jornalismo tradicional, além dos próprios usuários, outros sujeitos passam a fazer parte dos ecossistemas de mídia. Blogueiros,

Youtubers, Instagramers, comentaristas do Twitter e mais recentemente *Tik Tokers*, integram aquilo que convencionou-se chamar de criadores de conteúdo e/ou influenciadores. A redução do espaço ocupado pelo jornalismo tradicional, seja por questões financeiras e produtivas, seja pelo estranhamento provocado ao ficarem evidentes o silenciamento e outras estratégias de organização, e por que não dizer, manipulação da informação pela mídia tradicional, abre espaço para múltiplos agentes produtores da informação.

O problema é que, assim como no jornalismo corporativo, agora em crise, nas redes sociais digitais não há necessariamente compromisso com a informação, daí que as *fake news* podem eclodir e ganhar amplo alcance. Sem o papel de *gatekeeper* exercido pelo jornalismo tradicional, nas redes, todos estão aptos a criar conteúdos de caráter jornalístico e postarem em suas páginas e perfis. Celebidades, políticos e instituições podem produzir e disseminar informações sem a necessidade de intermediários ou de validação e, tendo o emissor muitos seguidores, aquilo que é dito ganha ares de notícia ou vira notícia imediatamente.

Não é possível estabelecer, evidentemente, uma relação direta e casuística entre colapso do jornalismo tradicional, silenciamento e *fake news*. Contudo, a análise comparativa do caso do Ocupe Estelita, acontecido em Recife (PE) no ano de 2012, indica que, o silenciamento da mídia a respeito de determinados temas que envolveram a ocupação do Cais José Estelita por manifestantes que se posicionavam contra um empreendimento imobiliário de grande porte, provocou a busca e o uso das redes sociais digitais, mais notadamente do Facebook (rede com maior número de usuários na época em que a ocupação do cais aconteceu) como forma de burlar o monopólio da mídia tradicional e divulgar informações que não estavam sendo publicadas nos jornais locais.

Antes de prosseguirmos, a título de contextualização cabe explicar brevemente que, o Movimento Ocupe Estelita (MOE) surgiu em Recife, Pernambuco, como uma articulação popular contra a especulação imobiliária e a privatização de espaços públicos, especialmente no Cais José Estelita. Formado por ativistas, artistas, acadêmicos e moradores do Recife, o movimento se intensificou em 2014, quando manifestantes ocuparam a área do cais para impedir a construção do projeto imobiliário Novo Recife, que previa a construção de torres residenciais e comerciais no local. Além da defesa do patrimônio histórico e ambiental, o Ocupe Estelita levantou debates sobre direito à cidade, participação popular e modelos de desenvolvimento urbano mais inclusivos. Mesmo com a remoção forçada da ocupação e com a construção do empreendimento redimensionado

(entre 2020 e 2021), o movimento deixou um legado de engajamento cívico e reflexões sobre a governança das cidades.

Em 2017 o dicionário Collins (BBC Brasil, 2017) elegeu *fake news* como palavra do ano. Naquele ano, houve um aumento de 365% de buscas pelo termo nas plataformas de pesquisa digitais, o que foi motivado, entre outros fatores, pela ênfase dada pelo presidente estadunidense Donald Trump ao termo, ao criticar supostas notícias falsas dirigidas a si. Paradoxalmente, segundo pesquisa do Instituto da Internet da Universidade Oxford (Folha de São Paulo, 2018), a extrema direita, a qual Trump pertence, foi o grupo que nos EUA mais propagou *fake news*. Horner (2016), que assumidamente propagou *fake news* pró-Trump, afirmou ao Washington Post que: “ninguém checa os fatos atualmente, e foi assim que Trump foi eleito”. A partir de Roxo e Melo (2018, p.3) é importante destacar que as *fake news*, enquanto fenômeno devem ser compreendidas dentro da lógica do “hiperjornalismo”, isto é, do jornalismo digital e multiplataforma, daí o vulto que esta noção toma na última década.

Em detrimento da popularização do termo ser relativamente recente, a ideia de *fake news* não é nova. Segundo o dicionário Merriam-Webster (2017), há registros da palavra ainda na década de 1890. Antes disso, em 1835 o jornal The Sun (Reino Unido) teria inventado uma notícia sobre a descoberta de vida na Lua para vender mais exemplares, mesma estratégia que viria a ser utilizada no século XXI nos chamados *clickbaits*, chamadas ou notícias de caráter falso ou sensacionalista que servem apenas para atrair usuários e gerar renda publicitária. Ainda que sejam algo antigo e que possa ser encontrado no jornalismo em diversas circunstâncias ao longo do século XX e mesmo no século XIX como mostra o exemplo acima, as *fake news* se tornaram relevantes mais recentemente por sua produção e circulação em larga escala, que, feita de modo ocasional ou intencional, acaba tendo impactos em sistemas sociais, econômicos e políticos.

As *fake news* desafiam os critérios tradicionais de noticiabilidade ao disseminarem informações falsas ou enganosas sem compromisso com a veracidade, mas apelando a fatores como impacto emocional, polarização e viralização nas redes sociais. Enquanto o jornalismo profissional seleciona e constrói notícias com base em critérios como relevância, proximidade, ineditismo e interesse público, as *fake news* exploram lacunas no consumo de informação, muitas vezes utilizando estratégias sensacionalistas e impulsionamento por meio de algoritmos para alcançar grandes audiências. Miguel (2022, p.196) lembra que as *fake news* fazem parte de um contexto mais amplo que é a noção de pós-verdade. O presente texto corrobora com a ideia do autor, pois o “rápido avanço das tecnologias da

comunicação gerou uma situação em que a reivindicação central do jornalismo profissional, de ser o agente autorizado a expor o mundo para o público, é desafiada de múltiplas maneiras” (Ibidem, p. 195-196).

Redes sociais digitais e outras plataformas de compartilhamento e produção de informação, permitem a elaboração e veiculação de textos, vídeos e imagens que passam ao largo dos grandes meios de comunicação. Com isso, a noção de *gatekeeper* e o controle da informação feita pelos meios de comunicação tradicionais deixam de existir. Em última instância, não são mais as empresas de mídia tradicionalmente estabelecidas como meios impressos e de radiodifusão e, posteriormente nas suas versões *online*, que determinam o que é notícia.

Na verdade, na conjuntura atual de produção e circulação de informações, muitas vezes os veículos tradicionais realizam a curadoria dos assuntos que repercutiram nas redes, fazendo uma cobertura desses assuntos a *posteriori*, corroborando ou, através de investigação e checagem de fatos, desmentindo informações. Esta questão em particular se tornou tão relevante que há seções nos veículos de imprensa completamente voltadas à checagem de fatos (*fact-checking*) e combate às *fake news*. Note-se, contudo, que este é um movimento de acompanhamento daquilo que é pautado previamente pelas redes, apontando para o fato que o jornalismo tradicional parece perder força para emplacar algumas pautas organicamente.

Silenciamento e o caso Ocupe Estelita

No Brasil, os protestos ocorridos em 2013 (Jornadas de Junho) e as eleições presidenciais de 2018 são exemplos de momentos nos quais a mídia tradicional concorreu com canais como Mídia Ninja, A Voz da Comunidade, Movimento Brasil Livre (MBL) e blogs como o de Luis Nassif, ou o de Olavo de Carvalho, que na época se apresentavam como independentes da visão editorial dos grandes veículos. Paralelamente, e de modo completamente autônomo, informações relevantes, servindo para pautar a mídia, têm circulado nas redes sociais. Isto acontece há cerca de uma década, como demonstrou o uso do Twitter e do Facebook na chamada Primavera Árabe em 2010.

No Recife, situação semelhante pode ser exemplificada através do histórico do Movimento Ocupe Estelita, que utilizou as redes digitais para burlar o agendamento dos veículos de comunicação locais. Criado com a intenção de pressionar a modificação do projeto planejado por um consórcio de construtoras (Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara

Empreendimentos e GL Empreendimentos) para um terreno de 101,7 mil metros² localizado entre o Bairro de Santo Antônio e a Zona Sul da cidade, o Ocupe Estelita recorreu às redes sociais para se comunicar com a sociedade civil. A disputa pelo destino da região envolveu interesses econômicos, debate sobre desenvolvimento urbano e sobre as noções de espaço público e privado.

A cobertura dos jornais locais sobre o tema e a ocultação nesta cobertura do próprio Movimento Ocupe Estelita apontou para uma escolha narrativa em que uma das partes interessadas no uso da região foi silenciada e privilegiou-se o olhar das empreiteiras sobre o destino do cais. Dentro desta visão, uma falsa dicotomia entre “desenvolvimento e atraso”, “utilidade e abandono”, “progresso e estagnação” foi enfatizada como forma de defender o empreendimento em detrimento dos argumentos apresentados pelos manifestantes. No sentido de escapar do silenciamento, o movimento Ocupe Estelita buscou formas de mobilização e de divulgação próprias, driblando a exclusão do assunto da pauta dos veículos de comunicação locais, tentando desvincular-se, sempre que possível, da ideia de “atraso”. Entender como a imprensa se posicionou diante de um movimento abertamente contra um empreendimento milionário e que, de fato, impediu a obra de acontecer durante alguns anos, assim como mudou sua configuração geral, é importante para compreender também os mecanismos de funcionamento da mídia corporativa, suas possibilidades de transbordamento e suas implicações positivas, como aconteceu por um tempo para o movimento Ocupe Estelita, ou negativas, como no caso da possibilidade de disseminação de *fake news*, ao se fugir do crivo da mídia corporativa.

Delimitou-se inicialmente um período de coleta para que se pudesse investigar, sob a luz da noção de silenciamento, a cobertura feita pelos três principais jornais diários impressos em circulação no Estado de Pernambuco. O objetivo foi compreender como se deu essa cobertura e se as vozes de todas as partes envolvidas no debate estiveram representadas nas pautas da mídia corporativa. O período analisado foi o da ocupação do terreno do Cais José Estelita por parte dos integrantes do Movimento Ocupe Estelita para impedir a demolição de armazéns de açúcar pelo consórcio. A ocupação foi iniciada em 21 de maio de 2014 e terminou em 17 de junho do mesmo ano, após cumprimento de mandado de reintegração de posse pela Polícia Militar de Pernambuco.

Com a definição do período a ser analisado, surgiu a necessidade de verificar, para termos de comparação, se os jornais diários pernambucanos estavam cobrindo assuntos relacionados aos temas urbanismo, construção civil e ocupação urbana e ainda se noticiavam assuntos relacionados ao Cais José Estelita durante e após a ocupação do

terreno. Tal necessidade ampliou a amostra, para o período de 1º de maio a 30 de junho de 2014. A pesquisa restringiu-se às edições impressas dos jornais, todos em circulação na época. A coleta foi realizada nos acervos do Arquivo Público de Pernambuco, da Biblioteca Pública Estadual e também através de acesso a arquivos de PDF e páginas impressas disponibilizadas pelo Centro de Documentação do Diário de Pernambuco (CEDOC).

Cabe destacar, antes de prosseguirmos, que a ocupação do Cais José Estelita foi coberta na imprensa internacional por veículos como El País, The Guardian e nas redes Al Jazeera e BBC. O que demonstra sua adequação aos critérios de noticiabilidade definidos por Traquina (2002, p. 63) como:

(...) o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia”.

Assim, a ocupação de 30 dias do Cais José Estelita por membros do movimento era tema dotado de valor-notícia, algo percebido pelos veículos internacionais. Na prática, o silenciamento realizado pelos jornais locais não significou ausência de cobertura sobre os acontecimentos relativos ao caso Estelita, mas implicou na supressão de temas e acontecimentos, o que prejudicou a compreensão sobre o que estava acontecendo na cidade, embora fosse possível acompanhar a ocupação em tempo real, por assim dizer, indo-se à região do cais e conversando-se com os manifestantes que nos jornais raramente foram entrevistados, identificados, ou mesmo tiveram espaço nas diversas publicações analisadas, que privilegiaram a narrativa das construtoras do Consórcio Novo Recife.

Análise e resultados

Ainda que não haja uma contagem oficial, estima-se que ao menos uma centena de pessoas permaneceu acampada no terreno do Cais José Estelita em 2014. A ocupação coincidiu com a realização de fases da Copa do Mundo de Futebol na capital Pernambucana, o que gerou transtornos tanto para os acampados quanto para torcedores. A ocupação, contudo, ficou à margem do jornalismo local, que se negou a apurar e noticiar adequadamente os acontecimentos que então convulsionavam a cidade. Indo além, como explicar não haver uma linha sequer sobre o início da ocupação do Estelita nas páginas do jornal Folha de Pernambuco, por exemplo, mas ver registrada a publicação de um anúncio

de página inteira dos investidores do projeto relatando sua versão dos fatos no mesmo jornal?

A ocupação começou no dia 21 de maio de 2014, depois que um integrante do grupo Direitos Urbanos¹, passou em frente ao Cais José Estelita e percebeu que a demolição dos antigos armazéns de açúcar da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) havia começado sem aviso prévio. Este cidadão disparou um alerta através do Facebook, o que deu início, primeiro a uma mobilização no local, depois ao acampamento em si. O acampamento foi mantido até o dia 17 de junho, quando o Batalhão de Choque da Polícia Militar cumpriu o mandado de reintegração de posse que havia sido expedido pela Justiça no dia 30 de maio, mas ainda não fora executado, por conta de uma liminar impetrada pelo Ministério Público de Pernambuco, cuja validade caiu no dia 15 de junho.

O assunto, pelo menos em teoria, atenderia aos critérios de noticiabilidade que, segundo Traquina (2002, p. 186-208), poderíamos resumir em: proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado e conflito. Também atenderia a critérios de cobertura, colocando-se questões como: disponibilidade, equilíbrio, visibilidade e concorrência. E ainda poderia ser enquadrado como acontecimento noticioso excepcional, localizado, com continuação e em desenvolvimento. Minimizar um tema ou silenciá-lo, coloca em questão a credibilidade no jornalismo. Moreira (2007, p.319-342) lembra que o silêncio no jornalismo comunica e foi bastante utilizado no período da Ditadura Militar brasileira para abafar temas polêmicos e a oposição ao regime vigente. Apenas criando estratégias para driblar este silenciamento é que o Ocupe Estelita conseguiu a mobilização necessária para dar voz à sua luta.

Em termos metodológicos utilizou-se uma coleta usando-se a data e a temática das matérias jornalísticas levantadas sobre o tema como referência. Em seguida esses dados foram tabulados e agrupados conforme o conteúdo apresentado dialogava com a questão da ocupação do terreno. A pesquisa realizada mostrou que os acontecimentos relacionados diretamente à ocupação estiveram presentes nas páginas dos jornais locais de forma tangencial. Efetivamente, o assunto aparece nos 61 dias de publicações analisadas. Contudo, os manifestantes, apesar de serem protagonistas da ocupação, tiveram sua voz ocultada e foram silenciados na cobertura jornalística sobre os acontecimentos. A narrativa

¹ O grupo Direitos Urbanos antecede o Movimento Ocupe Estelita, que efetivamente é um desdobramento do primeiro. Sua atuação era voltada para a questão da circulação urbana, moradia e direito à cidade no geral, estando atuante em página no Facebook desde 2013.

publicada nos jornais pernambucanos teve como protagonista o Projeto Novo Recife, enquanto ao Movimento Ocupe Estelita coube o papel de coadjuvante.

Batista (2015, p. 55), ao pesquisar sobre as interações no Facebook do grupo Direitos Urbanos, listou ao menos sete dias de atividades organizadas pelo Movimento Ocupe Estelita no terreno ocupado, além de ações e manifestações realizadas entre 18 de junho e 5 de julho, do lado de fora da ocupação, embaixo do Viaduto Capitão Temudo², no bairro do Cabanga. Os eventos chegaram a reunir até 10 mil pessoas no local, segundo os organizadores. Além dos acontecimentos relativos à ocupação, o grupo participava ativamente dos fóruns e negociações sobre a destinação que seria dada àquela região, ao lado de representantes do Consórcio Novo Recife, do poder público municipal, do Judiciário, do Ministério Público e de outras entidades da sociedade civil organizada.

O autor traça também um perfil dos integrantes e da atuação do Direitos Urbanos, principal articulador do Movimento Ocupe Estelita, mostrando que o grupo era ativo também fora das redes sociais. Formado por pessoas organizadas e com capacidade de articulação, o Direitos Urbanos conquista, inclusive, o “direito de participar da comissão instituída em julho de 2013 com o objetivo de elaborar o projeto de lei municipal que criou o Conselho da Cidade do Recife (ConCidade)” (Batista, 2015, p. 36). Entretanto, o que pudemos perceber na forma como os três principais jornais de Pernambuco trataram do movimento contraria esta noção de grupo organizado. Dos 85 registros sobre a ocupação nos três periódicos (incluindo vários gêneros jornalísticos: notas, reportagens, colunas, artigos, charges, etc), o Movimento Ocupe Estelita foi citado 40 vezes. Destas, em apenas 18 ocorrências há declarações de representantes, integrantes ou pessoas ligadas ao movimento.

A Folha de Pernambuco teve registros sobre o tema em 23 dias. Destes, em 20 dias os registros foram produzidos pelo jornal (nota, artigo, reportagem, coluna, etc). Destes, em apenas seis momentos o Movimento Ocupe Estelita é citado, sendo três dias com declarações dos seus membros. Na Folha de Pernambuco, em três ocasiões foi publicada apenas publicidade do Consórcio Novo Recife sobre o assunto. Em um dia, a única publicação foi uma nota oficial do Governo de Pernambuco sobre a ação de reintegração de posse do terreno. Ao todo, a Folha de Pernambuco recebeu oito anúncios relativos ao tema: sete do Consórcio Novo Recife e um do Governo do Estado.

O Diário de Pernambuco teve 28 registros sobre o assunto. Sendo 27 dias de material produzido pela redação do jornal. Em 16 dias o Movimento Ocupe Estelita foi

² O viaduto fica há apenas alguns metros do terreno ocupado.

citado, aparecendo com voz (através do uso de aspas) em seis ocasiões; em duas sendo identificado como Direitos Urbanos. No Diário, foram sete dias com publicidade sobre o tema, totalizando 12 páginas de conteúdo pago, sendo 11 com publicidade do Consórcio Novo Recife e um registro de nota oficial de apoio das entidades empresariais do setor de construção civil, assinada pelo Sindicato da Construção Civil (Sinduscon), pela Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), pelo Secovi (Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação ou Administração de Imóveis Residenciais ou Comerciais) e pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe).

O Jornal do Commercio foi o veículo impresso que dedicou mais espaço para a cobertura do tema no período investigado. Ao todo, foram encontrados 34 dias com registros sobre o assunto, sendo 33 dias com conteúdo produzido pelo periódico. Em 18 dias o Movimento Ocupe Estelita aparece citado enquanto movimento/grupo organizado. Destes, em nove dias há declarações de representantes do movimento, em uma delas com identificação de Direitos Urbanos. O jornal também registrou uma nota oficial do Governo de Pernambuco e houve quatro dias com publicidade do Novo Recife.

Nota-se então que o evento “ocupação” foi ocultado da cobertura dos jornais pesquisados nos primeiros dias do acampamento. Enquanto a Folha de Pernambuco ignora o início da demolição, num primeiro momento, e dá destaque ao embargo da obra pela Prefeitura do Recife, o Diário de Pernambuco e o Jornal do Commercio registram o fato, mas de imediato não falam da mobilização dos manifestantes, nem do início da ocupação. O Jornal do Commercio, chega a dizer que através do grupo Direitos Urbanos do Facebook ativistas prometeram acampar no local, embora não tenha tratado da ocupação em si inicialmente. É importante ressaltar que a Folha de Pernambuco registra que existem pessoas se manifestando contra o Projeto Novo Recife pela primeira vez apenas no dia 30 de maio de 2014, numa nota sobre a reintegração de posse. Na ocasião, o movimento é chamado apenas de “movimento contrário à obra”, sem ser associado a ele qualquer grupo ou nome que o identifique.

No Diário e no Jornal do Commercio, os primeiros indicativos de que existiam pessoas que se opunham ao projeto imobiliário aparece logo no dia seguinte à ocupação, com o marcador textual genérico de “pessoas contrárias ao projeto”. A primeira vez que o nome Movimento Ocupe Estelita aparece no Jornal do Commercio é em 29 de maio de 2014, no Caderno C, numa nota a respeito do apoio da atriz Leandra Leal ao movimento. No Diário de Pernambuco, a primeira ocorrência e fala de integrantes do Movimento acontece em 30 de maio. Mesmo sem ser identificada como integrante do Ocupe Estelita,

a advogada Liana Cirne é entrevistada pela reportagem, enquanto o termo Ocupe Estelita é citado numa nota do roteiro cultural da cidade, no caderno Viver.

É interessante notar que ainda que silenciados enquanto movimento organizado, os manifestantes são citados nos jornais de forma dispersa. Aos ativistas foram destinadas palavras que generalizavam a sua condição e os colocavam apenas como antagonistas às obras do Projeto Novo Recife. O Ocupe Estelita aparece na maior parte das citações como grupo de pessoas que esperam um encaminhamento para a questão ou como grupo contrário ao empreendimento. A eles são imputados recorrentemente os verbos protestar, ocupar e contrariar.

Analisando a forma como os ativistas foram citados na cobertura jornalística, destaca-se o tratamento positivo dado ao Consórcio Novo Recife. O Consórcio apareceu desde os primeiros registros com uma voz ativa nos acontecimentos. Essa voz é refletida nas chamadas, títulos e manchetes e concede ao grupo empresarial capacidade de ação. Assim, são associados ao Consórcio/Projeto Novo Recife os verbos: receber, ter, significar, beneficiar, criar, afirmar, dialogar, preocupar e gerar (empregos), entre outras ações que o colocam de forma ativa na narrativa. Entre os 85 registros encontrados, o Novo Recife aparece em 67 ocasiões e o Movimento Ocupe Estelita em 40 (considerando-se que as ocorrências se sobrepõem).

Nas 18 ocorrências em que integrantes do Ocupe Estelita ganham espaço para falar, isso se dá com declarações aspeadas deixando seu posicionamento distanciado dos jornais inclusive textualmente. É interessante pontuar que essa tendência de publicar a fala dos manifestantes acontece principalmente com a proximidade da ação de reintegração de posse, com a maior parte dos registros, totalizando 10, nos três dias seguintes à ação da Polícia Militar. Nestes casos, as declarações são principalmente queixas contra a violência policial, a falta de diálogo com os manifestantes e as prisões de pessoas que estavam acampadas. Assim, os integrantes do Movimento Ocupe Estelita, quando receberam espaço tiveram destacados seus argumentos em oposição ao Governo do Estado, à Polícia Militar e à Prefeitura do Recife. Enquanto que ao Consórcio Novo Recife coube uma posição moderada, de se colocar aberto ao diálogo em meio aos tensionamentos.

Também foi objeto de observação como se deu a veiculação publicitária do Consórcio Novo Recife nos jornais investigados, tendo os anúncios muitas vezes dialogado com a cobertura jornalística e também com o debate que acontecia nas redes sociais. Os comunicados e páginas de esclarecimento pagas sobre o projeto deram ao Consórcio Novo Recife um espaço adicional de destaque nas publicações e ressaltaram como o poder

econômico das construtoras permitiu a elas uma narrativa própria dos fatos, dentro das páginas dos jornais, contada em paralelo ao que era noticiado sobre a ocupação e seus responsáveis.

Publicada geralmente nos cadernos de Política, a publicidade do Novo Recife ultrapassou o número de vezes em que o Movimento Ocupe Estelita teve sua voz registrada na cobertura jornalística. Observamos um total de 19 publicações de caráter publicitário (entre anúncios e comunicados do Consórcio Novo Recife nos três jornais no período pesquisado), enquanto o Movimento Ocupe Estelita apareceu com falas de seus integrantes 18 vezes no mesmo espaço de tempo.

Considerações finais

Investigar a cobertura dos jornais pernambucanos sobre a ocupação do terreno do Cais José Estelita pelo Movimento Ocupe Estelita, em 2014, explicita não apenas como os interesses comerciais das empresas de mídia muitas vezes se sobrepõem ao interesse jornalístico, mas também como é possível silenciar um assunto ou um segmento da sociedade por completo, mesmo considerando o valor notícia dos acontecimentos. A cobertura inadequada dos jornais a respeito de questões que podiam ser verificadas pelo público *in loco* e a relação evidente da mídia corporativa, através dos anúncios, com o Consórcio Novo Recife, assim como a circulação ampla de informações nas redes sociais, na tentativa de burlar o silenciamento midiático, indicam o esvaziamento paulatino do jornalismo tradicional que parece ter aberto espaço para eclosão das *fake news*, já que nem sempre as informações que circulam em rede são corretas ou verificáveis. Efetivamente, tratou-se aqui das distorções que os silêncios e silenciamentos impetrados pela mídia pernambucana provocaram na cobertura do Caso Estelita e como isso teve implicações no jornalismo. Ventila-se a hipótese, expressa inclusive no título deste artigo, de que a perda de credibilidade da mídia corporativa junto ao público foi um dos fatores que permitiu que as *fake news* se tornassem um fenômeno social tão importante colocando em cheque o próprio jornalismo.

A maior parte da receita dos jornais não era oriunda da venda avulsa de exemplares, mas dos anunciantes, formados pelo poder público e pela iniciativa privada, na qual as construtoras tinham e têm um papel importante no faturamento, considerando-se o jornalismo *online*. Não é possível ignorar também que entre os donos dos jornais há empreendedores da construção civil, proprietários de terras e empresários de outros ramos

da economia, cujos interesses não passam ao largo da linha editorial dos veículos de comunicação.

Sem embargo, o descrédito do jornalismo tradicional, é em grande parte culpa da própria mídia corporativa que fez com que o público recorresse a outras fontes de informação que pareciam mais adequadas, assim que percebia que o conteúdo veiculado não correspondia integralmente à verdade ou omitia partes dela, como no caso do silenciamento em torno do Ocupe Estelita. Contudo, nem sempre essa sensação de adequação é correta já que muitas vezes informações apócrifas entram no conceito de *fake news*. Constatar o silenciamento é diagnosticar como um discurso, que deveria ter como foco o interesse social, é utilizado para reafirmar a narrativa de grupos específicos. Como nos lembra Van Dijk (2017), para controlar o discurso é preciso controlar os contextos e é exatamente um caso de controle do contexto o que podemos observar através da cobertura dos jornais locais sobre a ocupação.

Esse silenciamento pode ser percebido em dois momentos da cobertura jornalística. O primeiro, em que se tentou silenciar o assunto demolição dos armazéns/ocupação, com uma exclusão dos manifestantes e de qualquer citação ao Movimento Ocupe Estelita do conteúdo publicado. E o segundo, quando o assunto se impôs pela sequência de fatos (embargo da obra, audiências públicas e liminares judiciais). Assim, o silenciamento aconteceu não com a falta de citações ao Movimento Ocupe Estelita e ao Grupo Direitos Urbanos, mas com a omissão de suas demandas e das vozes de seus representantes das pautas. Na verdade, a cobertura jornalística dos veículos de imprensa pernambucanos aconteceu num movimento, em que o foco foi deslocado para o Consórcio Novo Recife e no qual os manifestantes, inicialmente excluídos da pauta, foram aparecendo como coadjuvantes de um debate no qual não tiveram voz, até o momento em que foram expulsos do terreno ocupado. Neste momento passaram a ser ouvidos, não em relação a sua demanda principal (questionar o modelo de ocupação urbana da cidade), mas sim defendendo-se da violência policial que ora os colocou como vítimas do confronto, ora como provocadores das ações da polícia.

O silenciamento imposto ao Movimento Ocupe Estelita revela um comprometimento das empresas jornalísticas com os detentores de poder econômico e simbólico e dá uma sinalização dos motivos pelos quais meios informativos considerados alternativos e também sites de divulgação de *fake news* terem ganhado relevância na atualidade. Se não é possível acreditar no que a mídia tradicional diz, talvez seja mais fácil acreditar nas “notícias” que circulam de forma alternativa através das redes digitais.

Se considerarmos que o silêncio, ou a política do silêncio é passível de acontecer noutros temas de interesse da sociedade, é possível supor, também, que a imprensa, enquanto instituição, em alguns momentos abre mão do seu papel social em função da manutenção do status quo, algo que atinge de forma grave o paradigma da credibilidade do jornalismo. Em última instância, tornou-se uma disputa de quem monopoliza as *fake news*, será isso? Ou o jornalismo terá tempo de, através de agências de *fact-checking* e outros recursos, reconquistar certo lugar de confiança na sociedade?

Uma forma de coibir as *fake news* parece estar no estímulo a ambientes midiáticos saudáveis, nos quais usuários das redes, empresas de comunicação e agências independentes coexistem. Neste sentido, discutir o monopólio dos meios de comunicação, na internet ou fora dela também é relevante. Ademais, é preciso informar as audiências sobre as *fake news*. Veículos tradicionais, plataformas digitais, produtores independentes, governos, universidades e escolas, em resumo, múltiplos agentes devem se envolver e informar o público sobre o que são as *fake news* e sobre a necessidade de combatê-las. Contudo, o enfrentamento ao problema é bem mais complexo do que parece. Não se trata de intensificar o antagonismo entre notícias reais e falsas por meio de ações exacerbadas, mas de criar mecanismos para que as *fake news*, na medida do possível, esgotem-se em si e por si só.

Referências

BATISTA, M.D.G. **Entre a rede e a comunidade: interação e comunicação nos grupos do Facebook: o caso do Direitos Urbanos**. Tese (Doutorado em Sociologia). UFPE, Recife, 2015.

BBC BRASIL. **“Fake News” é eleita palavra do ano e ganhará menção em dicionário britânico**. 2 nov. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41843695>. Acesso em: 30 abr. 2026.

BOURDIEU, P. The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field. In: Benson, R. and Neveu, E., Eds., **Bourdieu and the Journalistic Field**, Polity Press, Cambridge, 2005.

BENSON, R.; NEVEU, E. **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ultradireita domina 'fake news' nos EUA, diz pesquisa de Oxford**. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/02/ultradireita-domina-fake-news-nos-eua-diz-pesquisa-de-oxford.shtml>. Acesso em: 17 maio 2023.

JENSEN, K. B. & ROSENGREN, K. E. Five traditions in search of the audience. **European Journal of Communication**, 5(2), 207-238, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0267323190005002005>. Acesso em: 17 maio 2023.

HORNER, P. **Entrevista dada ao Washington Post**. 2016. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/the-intersect/wp/2016/11/17/facebook-fake-news-writer-i->

think-donald-trump-is-in-the-white-house-because-of-me/?
noredirect=on&utm_term=.bc240c3128e5. Acesso em: 17 maio 2023.

MERRIAM-WEBSTER. **The Real Story of “Fake News”**. 2017. Disponível em:
<https://www.merriam-webster.com/words-at-play/the-real-story-of-fake-news>. Acesso em 16 maio de 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo no novo ambiente comunicacional: uma reavaliação da noção do “jornalismo como sistema perito”. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 34, n. 2, p. 195–216, 2022. DOI: 10.11606/0103 2070.ts.2022.195368. Disponível
<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/195368>. Acesso em: 4 jun. 2024.

MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (orgs). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 184 p., 2013.

MOREIRA, C.B. Censura e Silenciamento no Discurso Jornalístico. In: RIBEIRO, Ana Paula Goular; FERREIRA, Lúcia Maria Alves. (Org.). **Discurso das Mídias: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

ORLANDI, E.P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 1995.

ROXO, M. A.; MELO, S. Hiperjornalismo: Uma visada sobre fake news a partir da autoridade jornalística. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. ID30572, 2018. DOI: 10.15448/1980-3729.2018.3.30572. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/30572>. Acesso em: 4 jun. 2024.

TRAQUINA, N. Os valores-notícia segundo Traquina. In: **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

VAN DIJK, T.A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2007.

DADOS DE PUBLICAÇÃO

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: C.D. Figueiredo

Coleta de dados: J.R.B.A Cavalcanti

Análise de dados: C.D. Figueiredo

Discussão dos resultados: C.D. Figueiredo e J.R.B.A Cavalcanti

Revisão e aprovação: C.D. Figueiredo

ORIGEM DA PESQUISA

A pesquisa é oriunda da dissertação intitulada “Jornalismo e silenciamento: uma análise da cobertura dos jornais pernambucanos sobre o Movimento Ocupe Estelita”

CAVALCANTI, Juliana do Rêgo Barros Alves. Jornalismo e silenciamento: uma análise da cobertura dos jornais pernambucanos sobre o Movimento Ocupe Estelita. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39674>. Acesso em 05 de maio de 2026.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A autora utilizou o ChatGPT (GPT-4) para revisão gramatical dos resumos em inglês e espanhol. Todo o conteúdo argumentativo foi desenvolvido integralmente pelas autoras.

FINANCIAMENTO

Não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES

As pessoas autoras declaram não haver interesses conflitantes.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

Os dados parciais foram publicados no próprio artigo. Parte do conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo está incluído no corpo do artigo.

LICENÇA DE USO

As autorias cedem à revista Estudos em Jornalismo e Mídia os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença [Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. As autorias têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em *site* pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade das pessoas autoras, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Daiane Bertasso Ribeiro
Flávia Garcia Guidotti
Rogério Christofolletti

HISTÓRICO

Recebido em: 11-04-2024
Aprovado em: 20-03-2025
Publicado em: 22-06-2026